

Janvier 2011 n° 196 www.capmagellan.org

CAP

Mag

Le journal des Lusodépendants

OqueStrada

Tasca Beat au Café de la Danse

ISSN 1274-3569 | Prix : 2 euros



ROTEIRO

TOUTE UNE SAISON
avec António Lobo Antunes



DOSSIER
PRESIDENCIAIS 2011:
OS CANDIDATOS

06

ACTUALITÉS



União Europeia : 25 anos da adesão de Portugal

08

ECONOMIE



Marca portuguesa aposta no mercado do bacalhau noruguês

10

DOSSIER



Presidenciais 2011 apresentação dos candidatos

27

SPORT



Adeus 2010, Bem-vindo 2011 ! O desporto no centro das atenções

34

VOYAGES



Parque da Peneda Gerês, Uma beleza ao natural

Hermano Sanches Ruivo

hermano.sanches@capmagellan.org

Bonne année, voir même Très Bonne année ! Soyons fous... Vamos cantar as Janeiras ?



C'est une tradition bien portugaise, que celle d'aller, de maisons en maisons, en soirée, pour chanter, à des hôtes ébahis, les Janeiras! Après les fêtes de Noël, à partir de l'Épiphanie et de la fête des Rois, adultes et enfants gagnent, par la même occasion, qui des choriços, qui des bonbons, à chacune de leur prestation. Le tout accompagné d'un bon verre, en toute convivialité, pendant les nuits froides,

mais baignées de Lune, du joli mois de Janvier. Très bien ! Allons-y donc et, en plus de vous souhaiter une Année meilleure que celle de 2010, j'ai l'extrême plaisir de vous offrir un texte en l'honneur des Janeiras :

"Feliz de quem,
Nos quer ouvir,
P'ra começar
O ano a sorrir.

Graças a Deus
Carreço tem,
Pessoas nobres
Como mais ninguém.

Gente bondosa,
Da freguesia
Dê à Igreja
Uma alegria.

Com amizade
Agradecemos
E para o ano
cá voltaremos.

Vimos cantar as Janeiras
Boas festas desejar
Que tenha muita saúde
No ano qu'está a entrar.

Vimos cantar as Janeiras
Boas festas desejar
Que tenha muita saúde
No ano qu'está a entrar. "

Feliz Ano Novo !

ROTEIRO

15

CINEMA / SPECTACLE

Toute une saison avec António Lobo Antunes

16

MUSIQUE

OqueStrada en concert au Café de la Danse

18

LITTÉRATURE

"Brida", de Paulo Coelho

19

EXPOS

Pedro Cabrita Reis expose à Nîmes jusqu'au 23 janvier

20

ASSOCIATION

A Casa Amadis, Associação portuguesa em Montpellier

22

SPORT

Basquetebol e Futsal português em Janeiro em França

23

EUROPE

Fim da impunidade dos conductores de veículos estrangeiros

24

GASTRONOMIE

Para o novo ano, um bolo rainha para festejar os reis

25

VOUS ET VOS PARENTS

Ideias de origem portuguesa. Lá se pensam, cá se fazem!

26

MEDIA

Drive Me, le nouveau réseau social au Portugal en faveur de la prévention routière

MAIS ENCORE 04 Tribune : As Janeiras 05 Lecteurs : réagissez 09 Barômetro 14 Langue Portugaise : Um património para preservar 28 Reportage : Le Portugal au Conseil de Sécurité de l'Onu 30 Movijovem : "Pousada de Juventude Alvalados" 32 Nuits Lusophones : Tous en Scène 36 Stages et emplois 37 Vie des Entreprises : Best Medical Opinion 38 Club Cap

Tomás, Bordeaux (33)

PAR MAIL



Bonjour.

Je reçois tous les mois votre CAPMag et j'ai donc déjà pu lire vos différents articles sur votre campagne de promotion du recensement et du vote des Portugais de France pour les prochaines échéances présidentielles. Je profite donc de votre "question du lecteur" pour vous demander si vous pouvez/savez me confirmer l'information suivante. Je suis allé en novembre au Portugal, et j'en ai profité pour faire faire directement là-bas mon "cartão do cidadão" puisque ma carte d'identité portugaise était en fin de validité. Comme j'ai aussi une maison au Portugal, et que comme beaucoup de Portugais je suis attaché à cette idée d'avoir une adresse au Portugal, j'ai donné mon adresse de là-bas quand j'ai fait faire o "cartão do cidadão". On m'a alors informé que mon inscription au recensement électoral serait automatiquement transférée vers le Portugal, et que je ne pourrai plus voter en France. M'étant recensé en France, au consulat de ma zone de résidence, lors des dernières élections présidentielles de 2006, et suivant les informations de votre

campagne, je pensais n'avoir aucun problème pour voter en France en janvier prochain pour les prochaines présidentielles portugaises. Mais cette information donnée au Portugal m'inquiète. Me la confirmez-vous ?

CAPMag : Cher lecteur,

Tout d'abord merci pour votre fidélité, et merci pour cette question tout à fait pertinente. Effectivement, l'information qu'on vous a transmise au Portugal est correcte. En faisant faire là-bas votre carte d'identité portugaise (donc maintenant le "cartão do cidadão") et en donnant votre adresse portugaise, votre inscription au recensement électoral est automatiquement transférée à votre zone de résidence ("freguesia") du Portugal. Pour pouvoir voter en France, il aurait fallu que vous vous rendiez au Consulat de votre zone de résidence pour transférer cette inscription électorale jusqu'au 23 novembre dernier. Si vous ne l'avez pas fait, vous ne pourrez voter, pour les élections présidentielles de 2011, qu'au Portugal le 23 janvier 2011.

N'hésitez pas à nous contacter si vous souhaitez de plus amples informations.

Cordialement.

Si vous aussi, souhaitez réagir, donner votre avis, pousser un coup de gueule, passer une annonce, nous envoyer des photos insolites ... Écrivez à : Cap Magellan - courrier des lecteurs - 17, rue de Turbigo 75002 Paris

FORMATION INTERNET GRATUITE



L'association Cap Magellan propose des formations informatiques sous forme de modules. Il en existe trois.

- Module Windows et Word : Découverte rapide des différents éléments d'un ordinateur ; utilisation des outils de base de windows ; utilisation de base du traitement de texte word...

- Module Excel

Utilisation de base du tableur excel...

- Module Internet

Découverte de la navigation sur internet ; utilisation d'une adresse email...

Ces formations se déroulent au sein de l'association Cap Magellan, le Samedi ou en semaine en fonction des disponibilités du formateur. Elles sont gratuites.

Pour s'inscrire, il suffit de contacter l'association Cap Magellan par téléphone au 01 42 77 46 89.

**Jeune, dynamique, intéressé(e)
par la culture et langue
portugaises?**

Viens rejoindre l'équipe de Cap Magellan

**Plus d'informations:
www.capmagellan.org**

Os candidatos respondem às nossas perguntas

As presidenciais 2011, agendadas para o próximo dia 23 de Janeiro, têm como principais candidatos sobre nove candidaturas apresentadas até ao dia 23 de Dezembro: Aníbal Cavaco Silva (candidato apoiado pelo PSD e CDS-PP), Manuel Alegre (candidato apoiado pelo PS, BE e PDA), Defensor Moura (candidato independente), Francisco Lopes (candidato apoiado pelo PCP e Partido Ecologista "Os Verdes") e Fernando Nobre (candidato independente). José Pinto Coelho, candidato apoiado pelo PNR, não conseguiu reunir assinaturas necessárias para formalizar a sua candidatura.

Luis Filipe Catarino/Presidência da República



AQUELE QUE FOR ELEITO PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA, terá um mandato de cinco anos.

Para ser eleito a chefe de Estado, um dos candidatos deverá reunir a maioria dos votos, caso contrário é agendada uma segunda volta com os dois candidatos mais votados.

A Cap Magellan entrou em contacto com os candidatos, para responderem a cinco perguntas contudo só Defensor Moura e Francisco Lopes tiveram a gentileza de responder!

Em seguida veja o que estes candidatos a Presidente da Republica têm a dizer às comunidades portuguesas em França!

As perguntas foram as seguintes :

1- O que é que motivou a sua candidatura?

2- Quais são os principais eixos da sua campanha que o demarcam dos outros candidatos ?

3- Em que é que as suas propostas podem contribuir para melhorar a situação de grave crise económica que Portugal atravessa

actualmente?

4- Que propostas tem a oferecer às comu-

Qualquer cidadão português tem o direito e dever de eleger o próximo Chefe de Estado português. Não hesite e Vote !

nidades portuguesas no estrangeiro, e especialmente em França?

5- Para si, qual deve ser ou deveria ser o papel das comunidades portuguesas fora de Portugal ?

CANDIDATOS :



DEFENSOR DE MOURA: MÉDICO E CANDIDATO INDEPENDENTE.

1 - A candidatura do Bloco de Esquerda, apoiada pelo PS, deixou sem opção de voto os socialistas e sim-

patizantes do centro esquerda. Tenho idade e experiência profissional, social e política que me habilitam, pelo menos tanto como os outros candidatos, para o exercício do cargo. ver biografia www.defensormoura.com.

2- Com candidatos na idade madura, os eleitores devem analisar o que são e o que fizeram durante a vida. Assim, apresento-me aos portugueses como Médico Especialista que desempenhou múltiplos cargos dirigentes nos serviços de saúde durante 25 anos e como político Deputado e Presidente de Câmara durante 16 anos, com trabalho bem demonstrado na transformação urbanística, social e económica de Viana do Castelo.

Paralelamente a estas actividades, fundei e fui dirigente de várias associações de solidariedade social e de intervenção cultural, de cujo trabalho me orgulho:

- Liga dos Amigos do Hospital de Viana e apadrinhei várias outras em todo o país.

- Federação Nacional de Dadores de Sangue, que hoje reúne mais de uma centena de

associações no país.

- Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis, com mais de trinta cidades e frequente participação em eventos no estrangeiro.

- Fundação de Cultura Musical Maestro

José Pedro.

- Fundação do Navio Hospital Gil Eannes, navio da frota bacalhoeira transformado em pousada e navio museu., etc, etc.

Enfim um currículo variado e comprovado que me habilita a desenhar os principais propósitos da candidatura:

- Combater o Centralismo e o Desperdício da Administração Pública, propondo a Regionalização e a Reforma Administrativa.

- Combater a Corrupção e o Clientelismo na máquina do Estado, defendendo a valorização do Mérito e da Transparência.

- Defender o Valor social do Trabalho contra o laxismo e o parasitismo.

- Manter o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social.

- Incentivar a iniciativa dos agentes económicos e a criação de emprego.

- Promover a Conservação da Natureza e defender os Direitos dos Animais.

Além de propor diversas alterações da Constituição da República : para facilitar a regionalização, para garantir a defesa da natureza e os direitos dos animais, para permitir candidaturas independentes à Assembleia da República e para reduzir a um único mandato o exercício da Presidência da República.

São propostas bem concretas, que resultam da variada experiência adquirida nos múltiplos cargos que exerci ao longo de quatro décadas, e que me distinguem claramente dos outros candidatos.

3 - Em primeiro lugar sem clientelismo e corrupção, melhoraríamos o funcionamento da máquina do Estado e restauraríamos a confiança dos investidores e dos cidadãos nos gestores dos dinheiros públicos, o que contribuiria, sem dúvida, para a recuperação económica.

Mas é o fim do centralismo, com a criação das regiões administrativas, que considero o passo mais importante para a recuperação do nosso atraso de desenvolvimento em relação aos mais evoluídos países europeus (todos regionalizados !).

A asfixia da iniciativa e do dinamismo dos agentes empresariais, sociais e culturais das regiões, pelo pesado poder centralista, é a principal causa dos nossos problemas sócio-económicos. A Regionalização com autonomia e legitimidade dos poderes regionais é um passo fundamental da indispensável reforma administrativa do país. E o Presidente da República tem de ser o principal arauto dessa fundamental mudança. E, para a mudança, é evidente que não pode ser quem está lá há tantos anos a liderar o país!

4 - Como Deputado e Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e, conheço as múltiplas carências dos portugueses disseminados

por todo o mundo. Em primeiro lugar é preciso dar voz e ouvir regularmente os seus representantes. Depois é preciso dar sequência a um programa de apoio aos mais idosos e às gerações mais recentes para que mantenham a ligação a Portugal e, se quiserem voltar, facilitar as condições de acolhimento.

Os problemas concretos são tão diversos de comunidade para comunidade que me abstenho de os referir todos aqui e principalmente, não quero fazer promessas sobre competências que não pertencem ao Presidente da República.

5 - Em primeiro lugar, penso que devem fazer um esforço sério de integração, para que não se sintam nem possam ser marginalizados nos países de acolhimento. Em segundo lugar, é muitíssimo importante para Portugal, que sejam todos e cada um embaixadores do país nos países de acolhimento, no sentido de todos os dias sentirem o dever de ajudar ao seu desenvolvimento, quer na realização de investimentos quer fomentando os intercâmbios comerciais, científicos e culturais.

Eu, que já estive onze anos a trabalhar fora do meu país, sei bem como Portugal está bem dentro da alma de cada emigrante, em qualquer parte do mundo e, por isso, como Presidente da República tudo farei para que, também, Portugal sinta como verdadeiramente seus filhos e dignos representantes todos os portugueses emigrantes.



**FRANCISCO
L O P E S :
ELECTRICISTA E
CANDIDATO DO
PCP.**

1- A maior motivação da candidatura foi a necessidade de proporcionar a existência de uma candidatura distinta de todas as outras, que defenda os interesses dos trabalhadores e do povo português, de todos os que estão preocupados com a situação actual do país e que acham necessária uma profunda mudança. Em Portugal, aprofundam-se as injustiças sociais, a corrupção e a concentração da riqueza, ao mesmo tempo que assistimos ao deffinamento da indústria, ao esmagamento da agricultura, à degradação da floresta, ao abandono dos recursos pesqueiros, ao esquecimento das potencialidades do mar, ao desaproveitamento do potencial científico e tecnológico, à desvalorização da nossa cultura. Se, no nosso país, por um lado, contamos com mais de 700 mil trabalhadores desempregados com toda a sua capacidade produtiva desaproveitada, por outro lado aumentamos os défices externos, dependendo cada vez mais do estrangeiro em aspectos essenciais para a satisfação das suas necessidades. As comunidades portuguesas no estrangeiro são também atingidas, não são ver-

dadeiramente ouvidas quanto ao que lhes diz respeito, não lhes é dada resposta devida no plano das pensões de reforma e vêem o ensino do português afectado e a rede consular diminuída. Por esta situação são responsáveis os sucessivos governos do PS, PSD e CDS-PP cujas políticas têm agredido a Constituição, mas também é responsável o Presidente da República, que tem desrespeitado, por omissão ou violação grosseira, o texto constitucional. Neste quadro, era imprescindível existir uma candidatura alternativa, cujo projecto é respeitar a Constituição, e os princípios nela consagrados de liberdade, de igualdade e justiça social, de fraternidade, de participação política e soberania nacional. O que motiva a minha candidatura é a criação da possibilidade de alternativa para o exercício das funções de Presidente da República que contribua para a mudança de que Portugal precisa. É a única candidatura que não está comprometida com a política de direita que tem arrastado o País para o declínio e afirma, claramente, que é possível outro rumo e uma outra política capazes de responder aos problemas nacionais. Esta candidatura não se resigna a um País com o futuro comprometido e recusa o desaproveitamento das potencialidades nacionais. A minha candidatura assume os poderes e funções presidenciais no sentido de contribuir para a concretização de uma democracia política, económica, social e cultural e que apresenta aos portugueses e ao País, um projecto capaz de assegurar um Portugal desenvolvido, de progresso e soberano.

2- A candidatura que protagonizo é a única que não alimenta equívocos nem hesitações sobre os caminhos pelos quais Portugal tem que seguir. Os caminhos que traçamos são claros e têm por detrás um percurso de luta individual e colectiva caracterizado pela defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo português. Os princípios gerais desta candidatura estão afirmados na Declaração de Candidatura. De entre eles, defendemos o aproveitamento dos recursos e potencialidades nacionais, o reforço do aparelho produtivo e da produção nacional, a criação de emprego com direitos, a produção de riqueza e a sua justa distribuição, para a melhoria dos salários e pensões, para o cumprimento dos direitos sociais, o apoio às PME, a defesa e valorização dos serviços públicos, a valorização das imensas potencialidades da nossa agricultura, das pescas e de todos os recursos do mar. De forma totalmente oposta, podemos dizer que Cavaco Silva promoveu a política de direita que conduziu à situação a que o País chegou e, nesse sentido, como Presidente, continuou o papel extremamente negativo que teve enquanto foi Primeiro-Ministro, durante dez anos, quando governou contra os direitos sociais, promoveu o rumo de destruição e abandono do aparelho produtivo e de abdicação da soberania nacional. Manuel Alegre é o candidato do PS, apoiado pelo BE, ou seja, é o candidato do partido que está no governo a fazer uma política de direita, contra os

2- (continuação) princípios claros de desenvolvimento económico, soberania nacional e justiça social que a nossa candidatura defende. Na candidatura de Manuel Alegre, tal como na de Fernando Nobre, não há clareza de propósitos e não há o projecto de ruptura e mudança, o projecto de futuro que o País necessita neste momento difícil. Esta é uma distinção essencial. A nossa candidatura defende intransigentemente a necessidade de uma ruptura que abra perspectivas às novas gerações, garantindo os seus direitos no emprego, no estudo, na cultura, convívio e lazer, na habitação e no apoio à vida familiar e à realização pessoal. Não nos resignamos com a ideia de inevitabilidade ou de "mal menor" em relação às políticas de direita, que atentam contra princípios constitucionais, e que os outros candidatos reproduzem a uma só voz. É a minha candidatura que defende a afirmação da igualdade das mulheres no trabalho e na vida e a resposta aos problemas e aos direitos das pessoas com deficiência, a dignificação e valorização da vida dos mais idosos e o combate a todas as discriminações. É a minha candidatura que defende o respeito pelos direitos dos emigrantes e imigrantes. É esta candidatura que, diferentemente de todas as outras, defende a ruptura com a natureza do processo de integração europeia e com a postura de submissão ao imperialismo e à NATO, e que Portugal esteja integrado num quadro diversificado de relações internacionais, contribuindo assim para um mundo mais justo, de paz e cooperação. É a única candidatura que apresenta um projecto verdadeiramente patriótico e de esquerda, com tudo o que estas palavras comportam ao nível da reivindicação da soberania económica e política e Portugal, pilares essenciais para o desenvolvimento do país.

3- A crise que o País enfrenta, derivou de uma opção feita pelos sucessivos governos com o apadrinhamento do Presidente da República, o qual esteve sempre ao serviço do lucro e da especulação. Na minha candidatura, pensamos que os poderes do Presidente da República têm que estar ao serviço da mudança. Neste quadro, é necessário que o Presidente da República promova o cumprimento da Constituição da República, com tudo o que isso implica. O Presidente da República não é governo mas deve usar os poderes que a Constituição lhe confere para determinar a mudança, para influenciar um rumo de desenvolvimento, justiça e progresso social para Portugal. É isso que pretendo fazer, no caso de ser eleito. Os poderes de demitir o governo e dissolver a Assembleia da República são apenas uma parte das competências que lhe estão atribuídas. O Presidente da República tem o direito de se pronunciar sobre as emergências para o País, tem o direito de veto da legislação e de recurso ao Tribunal Constitucional para apreciação da inconstitucionalidade de leis ou de verificação de inconstitucionalidade por omissão, tem o direito de enviar mensagens à Assembleia da República, entre muitos outros poderes... Pretendo usar estes poderes, defendendo, cumprindo e

fazendo cumprir a Constituição da República Portuguesa, ao serviço da ruptura com a política que tem sido levada a cabo nas últimas décadas, contrária ao projecto e aos direitos que a Constituição consagra. Esses poderes têm sido usados pelo Presidente da República, em consonância com os governos, para responder aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, abdicando dos interesses e da soberania nacional. A crise que o país atravessa só pode ser ultrapassada com o reforço do aparelho produtivo e da produção nacional como componente essencial para o desenvolvimento económico, com a criação de postos de trabalho com objectivo do pleno emprego e para a resolução dos principais estrangulamentos do País. Nesse sentido, o papel do Presidente é influenciar o rumo de desenvolvimento do país. Por exemplo, em relação ao Orçamento com que PS e PSD sempre estiveram de acordo (apesar da encenação que fizeram), a minha candidatura sempre defendeu que Portugal precisava de um outro Orçamento que respondesse às necessidades económicas e sociais do país. Era nesse sentido que um Presidente da República que defendesse um rumo de justiça social e desenvolvimento, deveria ter influenciado. Estas medidas põem em causa as condições de vida da maioria, apenas para beneficiar a acumulação dos lucros dos grupos económicos e financeiros. Neste sentido, a minha candidatura solidariza-se com a luta dos trabalhadores que estão a defender os seus salários, a segurança social, os serviços públicos, de que a greve geral é importante expressão, porque pensamos que o povo português não se deve resignar às inevitabilidades, mas sim lutar pelos seus direitos, com a esperança combativa de que existe uma alternativa. Neste sentido, o voto dos trabalhadores na minha candidatura significa também a possibilidade de expressão do seu protesto e vontade de mudança.

4- Os emigrantes portugueses em França são hoje sujeitos a ataques aos direitos dos trabalhadores que atingem todos os trabalhadores - franceses, portugueses de todas as nacionalidades - dos quais é exemplo o aumento da idade da reforma. Os trabalhadores de várias nacionalidades, origens étnicas, ou opções religiosas, têm os mesmos direitos e interesses fundamentais, e a sua unidade, organização e luta é decisiva para a defesa dos seus interesses. A intervenção dos emigrantes portugueses na vida do país onde trabalham é indispensável, no entanto, tal não pode servir como desculpa para a desresponsabilização do Estado Português que deve assumir plenamente as suas responsabilidades com as comunidades emigrantes. O Estado Português deve garantir a melhoria dos serviços públicos consulares, com proximidade e capacidade de resposta pronta, deve apoiar a cultura e o ensino do português no estrangeiro, como língua materna e componente da identidade cultural nacional. O Estado Português tem o dever de, efectivamente, garantir as pensões de reforma aos trabalhadores emigrantes, aplicando o direito que os descontos efectuados na sua vida

activa lhes conferem, deve considerar o apoio aos emigrantes mais carenciados e deve fomentar e estimular a participação, o reconhecimento e valorização dos emigrantes, das suas estruturas, da sua representação e do seu associativismo, com os necessários apoios.

Estes são, entre outros, importantes aspectos pelos quais nos batemos e que não têm sido seguidos. Os emigrantes têm sentido as consequências de orientações negativas dos países onde se encontram e também da situação e das orientações adoptadas pelo poder político em Portugal, contrárias à Constituição.

A Constituição da República Portuguesa reconhece no seu Artigo 14º que "Os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam de protecção do Estado para o exercício dos direitos...". A Constituição consagra também no seu Artigo 74º que se deve "Assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa."

Esta protecção do Estado tem sido insuficiente e cada vez mais está a ser posta em causa. Os vários órgãos de soberania têm responsabilidades específicas nesta situação. O Presidente da República que faz o juramento solene de "defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa" tem particulares responsabilidades na garantia desses direitos dos emigrantes.

O papel do Presidente da República é importante quer na relação com as comunidades emigrantes quer, principalmente, no uso dos seus poderes para, no plano interno, promover a mudança que de resposta aos interesses e necessidades dos emigrantes.

As eleições presidenciais são, assim, um momento importante para o futuro do País e a defesa dos interesses dos emigrantes. Estas eleições não decidem tudo, mas são uma oportunidade de assegurar um contributo de mobilização e mudança.

5- As comunidades portuguesas têm uma grande importância para a afirmação de Portugal no mundo e os seus direitos e interesses têm de ser considerados por isso mas, acima de tudo, porque são cidadãos portugueses de pleno direito e como tal têm de ser tratados.

Muitos emigrantes, pelas condições existentes em Portugal, não tiveram outra alternativa que não fosse trabalhar e viver no estrangeiro. Outros fizeram a opção de se fixarem fora de Portugal. Independentemente das razões e opções que os levaram a trabalhar, residir e fixar fora do País, os emigrantes portugueses são uma parte importante da imagem e projecção de Portugal no mundo. ▀

No contexto da sua campanha para as Presidenciais 2011, a Cap Magellan agradece a disponibilidade dos candidatos que aceitaram responder a este inquérito. A Cap Magellan agradece ainda a CNE (Comissão Nacional de Eleições) pelo seu apoio a esta Campanha.

Marco Martins e Vanessa Fins
capmag@capmagellan.org

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Eições presidenciais são já no início de 2011!



VOTA!

Faz o recenseamento eleitoral
no consulado da tua zona de residência.

Informa-te: www.cne.pt



Uma Campanha de:



Com o apoio de:



Comissão Nacional de Eleições